Literatura galega e sistema literário

Otto Leopoldo Winck*

RESUMO: À luz da teoria dos polissistemas de Itamar Even-Zohar, o presente artigo se debruça sobre os conceitos de sistema literário e literatura nacional, indagando sobre a sua aplicabilidade à literatura produzida na Galiza e em galego. Situada no Estado espanhol, no noroeste de Península Ibérica, a Galiza, junto com o norte de Portugal, é considerada a célula matriz da lusofonia. Como, de que modo e com que regras são definidas as fronteiras e a hierarquia de sua literatura, sobretudo em relação ao sistema literário espanhol, é o principal objeto desta investigação.

Palavras-chave: Literatura galega. Sistema literário. Teoria dos polissistemas.

.

A língua que ao longo da história veio a ser conhecida como português não nasceu exatamente em Portugal, mas um pouco acima, na *Gallaecia* romana, região que hoje abrange, em linhas gerais, a moderna Galiza, uma das comunidades autônomas do Estado espanhol, e o norte de Portugal. Por meio dela, vicejou também uma literatura que conheceu momentos de fastígio e decadência, e que, situada na periferia da *hispanidad*, está de certa forma na matriz da lusofonia. Nesta trajetória, o galego, de língua culta nas principais cortes da península nos séculos XII e XIII, exilou-se dos livros durante quase três séculos, e se não fosse custodiado por lavradores e marinheiros ágrafos não teria experimentado, a partir do *Rexurdimento*, versão local do romantismo, um novo e vigoroso florescimento.

Ora, uma literatura nacional é entendida como um sistema literário, embora nem sempre essas duas realidades coincidam histórica ou geograficamente. O problema se acentua quando determinado *sistema literário*, associado a uma determinada literatura nacional, opera dentro de uma nação sem Estado, e para a qual a luta por uma plena autonomia estatal não é necessariamente consensual, como é o caso da Galiza. Afinal, quando se fala de *literatura galega*, a que se está referindo exatamente? Ou, em outras palavras, a literatura galega é uma *literatura nacional*? Constitui um *sistema literário* próprio ou não passa de uma literatura regional ou subsistema do sistema literário espanhol? Todavia, antes mesmo de esboçar respostas para essas questões, é necessário precisar o que se entende por sistema literário e literatura nacional. A expressão "sistema literário", por força de Antonio Candido, nos é bastante familiar, embora nem ele nem os que depois se serviram dela tenham se preocupado em definir com precisão os seus contornos. Na introdução de *Formação da literatura brasileira*, o conceito é pela primeira vez delineado entre nós. Para ele, para haver um sistema literário é necessário

> a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros (CANDIDO, 2009, p. 25).

Como *Formação* "é sobretudo um estudo de obras" (CANDIDO, 2009, p. 17), o autor não se aprofunda mais no esmiuçamento do conceito, nem tampouco traz o aporte de alguma referência teórica ou bibliográfica. Somente no prefácio à segunda edição, em nota de rodapé, ele faria menção a uma possível influência: a obra de Thomas Clark Pollock, *The Nature of Literature*, de 1942 (CANDIDO, 2009, p. 18). Como o livro foi lançado em 1959, mas concluído dois anos antes, não é possível afirmar com certeza que Antonio Candido tenha tido

contato com as ideias de Tynianov e Eikhenbaum sobre sistema literário, já que as traduções dos formalistas russos só começaram a chegar no Ocidente a partir de 1955.[1]

Num estudo sobre *Formação,* Luiz Costa Lima aponta o funcionalismo antropológico inglês como uma das influências decisivas na concepção de sistema (LIMA, 1001, p. 160-162). Aliás, no prefácio à terceira edição de *Literatura e sociedade,* o próprio Antonio Candido confessaria sua dívida à antropologia social inglesa (CANDIDO, 2000, p. XII). De toda forma, tirante menções ligeiras e laterais, o autor não voltaria ao tema, a não ser quase quatro décadas depois, no entanto sem o acréscimo de nenhum elemento significativo.[2] Ademais, no Brasil, até recentemente, as discussões teóricas sobre sistema literário não avançaram muito além desse esboço de Antonio Candido.

A teoria dos polissistemas

A ideia de compreender a literatura como um sistema, aventada primeiramente pelos formalistas russos, foi retomada e desenvolvida de maneira bastante original pelo israelense Itamar Even-Zohar, sobretudo em dois trabalhos, *Polysystem theory* (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 9-26) e *The literary system*, publicados em um número monográfico da revista *Poetics today* em 1990 (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 27-44).[3] Desde então, não poucos estudiosos, em vários quadrantes do mundo, incluindo aí a Galiza, têm se dedicado a explorar, alargar e aplicar a abordagem que veio a ser conhecida como *teoria dos polissistemas*.[4]

Para compreender as formulações de Even-Zohar é preciso ter em vista, primeiramente, que o termo *sistema* "supone ya un compromiso con el cocepto de 'sistema' del funcionalismo (dinámico), esto es, la red de relaciones que pueden hipótetizarse (proponerse cómo hipótesis) respecto a un conjunto dado de observables ("hechos" / "fenómenos") asumidos" (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 25). Todavia, é bom frisar que a análise funcionalista não é uniforme. Há, por um lado, a "teoria dos sistemas estáticos", para a qual o sistema é concebido como uma rede estática – ou *sincrônica* – de relações. Rejeitando esta visão, Even-Zohar se apropria do que ele denomina de "teoria dos sistemas dinâmicos", a qual, ao incorporar a diacronia, compreende o sistema como uma estrutura heterogênea, dinâmica, versátil e aberta. Na verdade, o sistema assim concebido raramente é um *monossistema*. Antes, trata-se de um *polissistema*, isto é, um sistema multíplice, um sistema de sistemas, uma rede de redes, "con intersecciones y superposiciones mutuas, que usa diferentes opciones concorrentes, pero que funciona como un único todo estruturado, cuyos miembros son interdependientes." (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 3). Se a visão estática da primeira vertente é derivada de Saussure, a perspectiva dinâmica tem suas origens, por incrível que pareça, nos formalistas russos e nos estruturalistas tchecos. Lamentavelmente, segundo Even-Zohar, a noção de sistema aberto e dinâmico, afetado pela evolução diacrônica, foi amplamente ignorada pelo estruturalismo francês, o qual, enfrentando os mesmos problemas, não logrou mais que vagas formulações pós-estruturalistas, desconhecendo que na década de 1920 estas propostas já haviam sido claramente formuladas por parte dos formalistas russos (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 30-32).

Quanto ao sistema literário propriamente dito, a teoria dos polissistemas o define da seguinte maneira:

> La red de relaciones hipótetizadas entre una cierta cantidad de actividades llamadas "literarias", y consiguientemente esas actividades mismas observadas a través de esta red.
> O:
> El complejo de actividades – o cualquier parte de él – para el que pueden proponerse teóricamente relaciones sistémicas que apoyen la opción de considerarlas "literarias" (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 25-26).

Com base nessas duas proposições, cabe indagar quais seriam essas atividades consideradas literárias para as quais se pode propor o estabelecimento de relações sistêmicas. Desde logo, é preciso afirmar que o sistema literário não existe fora ou para além das relações que nele operam, isto é, não existe *a priori* um conjunto de fenômenos que faça parte necessariamente deste sistema. Ora, são as leis específicas do sistema literário, em constante intersecção e sobreposição com outros sistemas (culturais, políticos, sociais), as que definem quais atividades e quais agentes devem ser incluídos ou excluídos de sua rede de relações – e estas leis não são imanentes mas social e historicamente determinadas. "Y no hay posibilidad de determinar de antemano qué actividad de entre éstas es, en un período dado, 'la' literaria por excelencia" (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 29).

Os fatores do sistema literário

Para situar os fatores implicados no sistema literário, Even-Zohar adapta o célebre esquema da comunicação verbal de Roman Jakobson (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 29):

INSTITUIÇÃO [contexto]
PRODUTO [mensagem]
PRODUTOR [remetente] . . . . . CONSUMIDOR [destinatário]
MERCADO [contato]
REPERTÓRIO [código]

Neste enfoque, todos os fatores que direta ou indiretamente influem no conjunto de atividades alcunhadas de literárias devem ser compreendidos como *internos*. O texto não só não é o único como também não é o aspecto necessariamente mais relevante do sistema literário. Além disso, tal esquema não requer hierarquias de importância entre os seus fatores. Basta reconhecer que nenhum deles funciona de modo isolado e que as relações que estabelecem entre si afetam ou podem afetar os demais fatores.

> Así, un CONSUMIDOR puede "consumir" un PRODUCTO producido por un PRODUCTOR, pero para que se genere el "producto" (el "texto", por ejemplo), debe existir un REPERTORIO común, cuya posibilidad de uso está determinada por una cierta INSTITUCIÓN. Debe existir un MERCADO en que este bien pueda transmitirse (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 32).

Como se vê, em vez de escritor, Even-Zohar prefere o termo mais técnico de *produtor*. Por outro lado, ainda que seja útil entender o produto textual como o resultado último e objetivado da atividade literária, o papel em si do produtor individual de textos, no âmbito geral da produção, pode ser bastante reduzido, como em determinadas épocas em que ele não passava de um compilador ou intérprete de textos da tradição. Com efeito, todo escritor/produtor está inserido em um certo sistema cultural e político, o qual por sua vez é enformado por um determinado discurso – ou feixes de discursos – do poder e regido por um repertório específico de leis e regras consensuadas. Por esse motivo não faz sentido desatrelar o produtor literário, tanto no passado quanto atualmente, das demais instâncias de poder em uma dada comunidade. Se por um lado não é fácil encontrar um produtor que tenha alcançado uma posição de prestígio no cânone sem produzir textos, por outro, "el numero de textos y su circulación se han vuelto secundarios respecto a otros parámetros que rigen el sistema" (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 32). Além dos produtores não exercerem um único e exclusivo papel no sistema literário, mas antes um conjunto de atividades inclusive conflitantes, como professores ou críticos literários, não nos deparamos apenas com um único produtor, nem com grupos de produtores individuais, mas com

> grupos o comunidades sociales, de personas involucradas en la producción, organizadas de diferentes formas y, en cualquier caso, no menos interrelacionadas unas con otras que con sus consumidores potenciales. Como tales, constituyen ya parte tanto de la institución literaria como del mercado literario (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 34).

Por outro lado, assim como não existe um produtor literário unívoco, é inadequado pensar o funcionamento da literatura do lado de seus usuários, isto é, dos seus *consumidores*, somente em termos de leitura:

> Para empezar, para la mayor de los consumidores de "literatura" "directos", por no hablar de los "indirectos", el consumo directo de textos íntegros ha sido y sigue siendo periférico. Todos los miembros de cualquier comunidad son al menos consumidores "indirectos" de textos literarios. En calidad de tales, nosotros, como miembros de la comunidad, consumimos sencillamente una cierta cantidad de fragmentos literarios, digeridos y transmitidos por variados agentes culturales e integrados en el discurso diario (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 34).

Quanto aos consumidores diretos, isto é, aqueles que se interessam voluntária e deliberadamente pelas atividades literárias, não se está bem certo até que ponto o seu foco principal é o ato de ler propriamente dito ou a participação em vários outros níveis no sistema literário. Os consumidores de literatura geralmente consomem mais a função sociocultural relativa à atividade literária do que o produto textual *stricto sensu*. Ademais, não existem apenas consumidores individuais, mas também consumidores coletivos, grupos de consumidores, os quais integram por sua vez um conjunto maior comumente denominado "o público".

Para a teoria dos polissistemas, a *instituição* literária é constituída pelo conjunto de instâncias que sustentam a literatura como atividade sociocultural e ao mesmo tempo regem suas normas, sancionando umas, rechaçando outras. Junto às demais instituições sociais dominantes, com as quais configura a cultura oficial, premia e pune seus produtores e agentes, determinando também quem e quais produtos serão celebrados e recordados na comunidade.

> En términos específicos, la institución incluye al menos parte de los productores, "críticos" (de cualquier clase), casas editoras, publicaciones periódicas, clubs, grupos de escritores, cuerpos de gobierno (como oficinas ministeriales y academias), instituciones educativas (escuelas de cualquier nivel, incluyendo las universidades), los medios de comunicación de masas en todas sus facetas, y más. Naturalmente, esta enorme variedad no produce un cuerpo homogéneo, capaz – por así decirlo – de actuar armónicamente y con éxito seguro a la hora de imponer sus preferencias. Dentro de la institución misma hay luchas por el dominio, de modo que en cada ocasión uno u otro grupo logra ocupar el centro de la institución, convirtiéndose en el estamento rector (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 36).

De modo análogo, o *mercado* não é apenas o aglomerado de fatores envolvidos na comercialização e distribuição de produtos literários – como livrarias, editoras, feiras do livro, agentes literários ou bibliotecas –, mas também todos os fatores que de uma forma ou outra incidem no intercâmbio promovido por essas entidades. Naturalmente, os agentes da instituição e do mercado muitas vezes se entrecruzam, já que suas posições, longe de estáticas ou rígidas, são flexíveis e permutáveis.

Em vez do termo código, adotado por Jakobson, a teoria dos polissistemas prefere a expressão *repertório*, significando não apenas o conjunto de regras mas também os materiais (elementos, unidades, padrões) que regem tanto a criação quanto o consumo de qualquer produto literário.

> Cuanto mayor sea la comunidad que confecciona y usa ciertos productos, tanto mayor debe ser el acuerdo sobre semejante repertorio. Aunque los interlocutores ("emisor" o "receptor") en una situación específica de intercambio (comunicación) no necesitan obligatoriamente un grado absolutamente idéntico de familiaridad con un repertorio específico, sin un mínimo de conocimiento compartido no habrá virtualmente intercambio. "Pre-conocimiento" y "acuerdo" son, pues, las nociones clave del concepto de "repertorio" (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 38).

Se os textos são o produto mais evidente da literatura, o repertório é o complexo de normas e elementos sem os quais não se produzem nem se consomem textos considerados literários. Por outro lado, se um sistema literário possui vários níveis (um nível renovador, um nível conservador), para cada um desses níveis existe um repertório literário específico. Do mesmo modo, para cada agente do sistema pode haver um repertório particular: assim, o repertório exigido de um escritor não é exatamente o mesmo de um crítico, nem o de ambos coincide com o de um simples leitor.

Finalmente temos o *produto*, entendido aqui como qualquer conjunto de signos verbais realizado (ou realizável), o que muitas vezes nem sempre coincide com textos – ou textos integrais. No entanto, para além dos textos, escritos ou orais, inteiros ou fragmentários, há um outro produto do sistema literário do qual os textos propriamente ditos são apenas um veículo: um determinado conjunto de normas, opiniões e conhecimentos desejáveis, "como una que ayuda a la sociedad a mantener sus modos de realidad, que a su vez rigen los modelos de interacción interpersonal." (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 43).

Cânone e transformação

O sistema literário não é uma realidade homogênea, como já foi salientado, transmissora de um corpo unificado de valores. Ao contrário, seus elementos e funções, mais que unidades harmônicas, constituem

> sistemas de opciones concurrentes parcialmente alternativos. Estos sistemas no son iguales, sino que están jerarquizados en el seno del polisistema. Lo que constituye el estado sincrónico (dinámico) del sistema – ha sugerido Tynjanov – es la lucha permanente entre varios estratos. Lo que constituye el cambio en el eje diacrónico es la victoria de un estrato sobre otro. (...) Un polisistema, no obstante, no debe pensarse en términos de un solo centro y una sola periferia, puesto que teóricamente se suponen varias de estas posiciones (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 6).

Portanto, devemos tomar o cuidado de não confundirmos a totalidade do sistema literário com o seu estrato dominante, isto é, com a cultura oficial promovida e sancionada pela instituição. Even-Zohar recorda que foi Chklovski quem primeiro apontou que na literatura determinadas propriedades são canonizadas e outras não (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 6).

> Desde tal punto de vista, por "canonizadas" entendemos aquellas normas y obras literarias (esto es, tanto modelos como textos) que en los círculos dominantes de una cultura se aceptan como legítimas y cuyos productos más sobresalientes son preservados por la comunidad para que formen parte de la herencia histórica de ésta. "No-canonizadas" quiere decir, por el contrario, aquellas normas y textos que esos círculos rechazan como ilegítimas y cuyos productos, a la larga, la comunidad olvida a menudo (a no ser que su status cambie). (EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 8).

Ora, não existe sociedade sem tensão entre estratos canonizados e não-canonizados. "Como un sistema natural que necesita, por ejemplo, regulación térmica, los sistemas culturales necesitan también un equilibrio regulador para no colapsarse o desaparecer."

(EVEN-ZOHAR, 2007-2011, p. 8). Qualquer sistema cujos estratos dominantes não sofram a concorrência de estratos não-canonizados entraria em decadência. Sob a pressão destes, os repertórios não podem permanecer inalterados. E é esta dinâmica que garante a evolução do sistema, sem a qual ele poderia fossilizar-se ou mesmo extinguir-se.

O Sistema literário galego: sub ou protossistema?

A teoria dos polissistemas pode ser um importante contributo para jogar novas luzes sobre a concretude (ou não) do sistema literário galego. Uma série de estudiosos galegos, tão logo teve contato com as formulações de Itamar Even-Zohar, tratou de aplicá-las ao caso galego.[6] Em primeiro lugar, a literatura galega constitui um sistema literário? Sem entrar no mérito da literatura galega medieval, é evidente que desde meados do século XIX, com o *Rexurdimento*, assiste-se, não sem contradições e assimetrias, à (re)construção de um sistema cultural não-espanhol na Galiza, no qual o sistema literário insere-se como uma de suas estratégias mais importantes.

Ora, não existe literatura no vácuo. Toda literatura se insere em um (poli)sistema cultural mais amplo, do qual é elemento e agente, e com o qual interage e sofre interferência dos sistemas – ou campos, para falar como Bourdieu – social e político. O sistema literário, e seu respectivo sistema cultural, embora vinculados a um *espaço social* relativamente delimitável, não é necessariamente homólogo a este. Ou seja, o sistema literário galego nem sempre foi coincidente com as fronteiras do Reino da Galiza ou com as da atual comunidade autônoma. Pois se dentro deste espaço físico sempre tivemos e temos a produção e o consumo de produtos culturais e literários *espanhóis*, os fatores do sistema cultural/literário galego, por uma série de motivos, nunca estiveram adstritos ao território galego. Com efeito, boa parte da moderna literatura galega foi produzida – e consumida – em *enclaves* da diáspora.[7]

Com isso, deparamo-nos com um problema, quiçá o maior problema para a efetividade do sistema literário galego: suas relações de dependência ou concorrência com o sistema literário espanhol, operante no mesmo espaço social. Assim como não existe bilinguismo harmônico, as literaturas produzidas num determinado espaço social não deixam de sofrer os efeitos dessa situação diglóssica. Em tal ambiente, e ainda levando-se em conta o histórico homogeneizador do Estado espanhol, não pode haver coexistência não-conflitiva – e de fato não há, como a história, inclusive recente, o mostra. Assim, só há duas saídas para o sistema literário galego: ou ele disputa com o sistema literário espanhol posições no mesmo espaço social, e esta disputa não pode se restringir ao âmbito intrassistêmico, mas se estende ao campo do poder, já que é este quem em última instância hierarquiza os repertórios, ou ele se insere no sistema literário dominante como um sistema subalterno e dependente.

Na esteira de Even-Zohar, Elias Feijó propõe os conceitos de subsistema e protossistema para explicar essas duas posições alternativas:

> Entenda-se por tais, no primeiro caso, a detecçom de práticas tendentes à configuraçom dum novo sistema segregado do sistema a que se está vinculado, ou, no segundo, as práticas que, mantendo especificidades a respeito do sistema originário, nom pretendem impugnar a sua pertença a este (o que, provisoriamente e de forma insuficiente e esquemática, se pode fazer equivaler a 'literaturas regionais' tal como entendidas, por exemplo, no contexto cultural ibérico). (FEIJÓ, 2004, p. 429).

Sob este ponto de vista, a literatura galega não constituiria (ainda) um sistema literário autônomo, mas um sistema dependente do sistema espanhol, e apenas o desenrolar de suas virtualidades, e suas relações com os embates no campo do poder, determinariam se este sistema se tornará com o tempo um sistema *independente* (ainda que mantendo relações

intersistêmicas com o sistema de origem), ou permanecerá como um sistema *subalterno*, ou seja, uma literatura periférica, minorizada ou regional do Estado espanhol.

Literatura Galega: entre o Nacional e Regional

Não constituindo ainda um sistema literário maduro, a literatura galega pode ser definida como uma *literatura nacional*? Ora, um sistema literário não é necessariamente sinônimo de literatura nacional. Se temos, por um lado, um sistema literário brasileiro, estadunidense, italiano, onde as fronteiras do sistema são em certa medida coincidentes com as do Estado nacional, temos também um sistema literário quebequense, basco, iídiche, em que nos dois primeiros casos não há um Estado nacional, e no último caso, embora haja uma língua como expressão de um povo, ou parte de um povo, esta e suas expressões literárias estão dispersas em regiões onde, concomitantemente, atuam outros sistemas literários. Do mesmo modo, houve na Idade Média dois grandes sistemas culturais, o latino e o árabe, que ocupavam vastas áreas geográficas compreendendo uma miríade de Estados e microestados. E mais tarde, o poderoso sistema literário (em) alemão não coincidiu nunca, nem mesmo depois da unificação alemã em 1871, com nenhuma fronteira estato-nacional.

Por sua vez, a literatura nacional é compreendida, pelo menos desde o século XVIII, não apenas como o conjunto da produção literária de um determinado espaço social *auto-imaginado* como nação, mas também como um instrumento – um dos mais importantes e eficazes – de construção e imaginação desta mesma nação.

> Isto explica que, entendido o sistema literário dum dado espaço sócio-político como umha rede em que se garante a existência dumha literatura nacional, as balizas que se querem impor para ele sejam as mesmas que as impostas para o *ser nacional*. (...) Como resulta evidente, a literatura constitui um espaço, em ocasions privilegiado, de luta e difusom de ideias e identidades, também *nacionais*. (FEIJÓ, 2004, p. 429. Os grifos são do autor.).

A ideia de literatura nacional é fruto também da historiografia literária oitocentista, praticada sobretudo como *história da literatura da nação,* em busca ora de uma explícita "cor local" que justificasse a existência distinta da nação, ora à procura de um implícito e mais sutil "instinto de nacionalidade", para nos servirmos da célebre expressão de Machado de Assis, cunhada numa época em que a ideia de nação brasileira já se encontrava mais assente.

Quanto à Galiza, sua autoconsciência como *nacionalidade histórica* – reconhecida na constituição espanhola e no estatuto autonômico – é hoje um dado, embora se possa questionar em que sentido o enunciado *nacionalidade histórica* é compreendido por cada um dos agentes envolvidos nos sistemas social e cultural galegos. Logo, a literatura produzida neste espaço social – ou em função dele, como nos enclaves galegos da diáspora – é uma *literatura nacional*. Todavia, esta posição não é isenta de problemas: um sistema literário entendido como literatura nacional deve estar assentado – ou pelo menos ter no horizonte a perspectiva de vir a estar – sobre uma significativa autonomia institucional. Se a modernidade consagrou o sintagma Estado-nação é porque se, por um lado, um Estado não se sustenta sem profundos vínculos com uma nação, por outro uma nação sem Estado, ou marginalizada dentro de um Estado plurinacional, não deixará de enfrentar dificuldades na salvaguarda de sua identidade.

> Do antedito pode deducirse que cando nun determinado espacio cultural non existe un mínimo de institucionalización discursiva, é problemático cualificar de nacional un sistema literario sen analizar previamente as complexas relacións e as necesarias distincións entre literatura nacional, nacionalismo literario e sistema literario. Cando aínda persiste unha superimposición de funcións discursivas, é dicir, unha institucionalización discursiva deficiente, e a literatura como entidade social non ten

> acadado a autonomía suficiente, non pode falarse dun sistema literario consolidado e moito menos de literatura nacional. Segundo esta hipótese, a literatura galega dificilmente podería apropiarse desta denominación, incluso no seu estado actual. (GONZÁLEZ-MILLÁN, 1991, p. 77).

Como se vê, a definição da literatura produzida na Galiza (ou em função da Galiza, em galego) é controversa. A Galiza já foi um Estado (em que pese o anacronismo ao transladar o conceito atual de "Estado" para épocas pré-modernas). Não se sabe se voltará a sê-lo, ainda mais quando noções como "Estado" e "soberania" mudam facilmente de sentido em tempos de União Europeia e globalização. Desse modo, entre o *já* e o *ainda não*, a literatura galega sofre as angústias do que podem ser tanto os espasmos da agonia quanto as dores do parto. Literatura nacional já constituída ou ainda não inteiramente constituída, a posição do observador é novamente fundamental: afinal, todo ponto de vista é a vista de um ponto.

Critérios de pertença: normas sistêmicas e normas repertoriais

Como se sabe, no mesmo espaço social, a Galiza – uma porção modesta do Estado espanhol –, operam tanto fatores do sistema literário galego quanto espanhol. Em um caso como este, de profunda e conflituosa intersecção de dois sistemas culturais, quais são os critérios para se determinar ou não a pertença de um determinado produtor ou produto literário à literatura nacional galega? Sintetizando uma posição que fora pela primeira vez afirmada pelas Irmandades da Fala em 1917, Ricardo Carvalho Caleiro ("Carvalho" depois de 1980) declarava em 1963:

> Técnicamente, é o idioma empregado o que caracteriza ás distintas literaturas. (...) Nen a nacencia do autor nen os ambientes descritos son criterios axeitados pra determinar a incrusión das obras dentro dos marcos dunha ou outra literatura. (...) Entendo por literatura galega a literatura en galego. Seguimos um critério, pois, filolóxico, que nos parez o mais científico, xa que o idioma é o estormento [instrumento] da literatura (CALERO, 1981, p.11).

Assim, por meio deste *critério filológico*, exclui-se de antemão do rol da literatura galega qualquer produção que não tenha por língua o galego – assumindo, com isso, uma clara tomada de posição em relação ao castelhano, "o outro idioma a ocupar espaços sociais na Galiza" (SAMARTIN, 2009, p. 85). Torres Feijó denomina esse critério de *norma sistémica*. Para ele, as

> normas sistémicas (...) som critérios delimitadores que actuam como princípios básicos que se activam nas práticas culturais dos espaços sociais, e de cuja interpretaçom e aceitaçom pola comunidade participante dependem as possibilidades e os modos de obter uso, posiçom e funçom nos sistemas culturais (FEIJÓ, 2004, p. 430).

Ou seja, é a assunção do critério filológico como norma sistêmica que autoriza determinado produto literário a receber o *status* de literatura galega. Desse modo, escritores galegos que elegeram o espanhol como a língua de sua expressão literária, como Pardo-Bazán (1851-1921), Valle-Inclán (1866-1936) ou Camilo José Cela (1916-2002), ganhador do Nobel de Literatura de 1989, encontram-se automaticamente excluídos do sistema literário galego. No entanto, a aplicação irrestrita desse critério torna-se problemática quando se voltam os olhos para os momentos iniciais de (re)construção do sistema literário galego ou quando as circunstâncias políticas são hostis ao uso público da língua galega.

> Que fazer, no caso galego, com os textos em espanhol de Rosalia de Castro ou com a produçom galeguista dum 'pai fundador' da naçom galega como Murguia (...) quando quase toda a sua produçom está escrita em espanhol (...)? Admiti-lo no patrimônio nacional, na articulação de coerência que se pede entre língua do texto e língua da Naçom, equivaleria a admitir, desse ponto de vista, que a literatura galega é bilíngüe e, como consequência que a Naçom ou é *bi-lingüe* ou directamente nom existe. (FEIJÓ, 2004, p. 437-438).

Por outro lado, este critério, quando transposto para outras literaturas, pode resultar incoerente. Camões e Gil Vicente não co-pertencem ao sistema literário espanhol por terem produzido eventualmente em castelhano, nem Ferrnando Pessoa aos sistemas inglês e francês, por ter uma produção até considerável nessas duas línguas. Do mesmo modo, hoje, os *Seis poemas galegos*, de García Lorca, apesar de constarem em muitas antologias de poesia galega, são vistos mais como uma incursão anedótica.

Nesses casos entra em ação uma regra auxiliar, ou *norma repertorial*. Para Torres Feijó essas regras de repertório seriam "materiais cujo uso fai mais 'genuíno' para os macro-factores em jogo os produtos mas que nom delimitam sistemas" (FEIJÓ, 2004, p. 440). Estamos nos referindo ao *critério identitário*, cuja aplicação, de certa forma, flexibiliza o critério filológico. No caso de escritores bilíngues, por exemplo, a obra em castelhano poderia ser avaliada em função de uma melhor compreensão da produção em galego. Devido às vicissitudes da história da Galiza, além de outros motivos, como a enorme força centrípeta do sistema literário espanhol, não são poucos os autores que se enquadram nesse caso. Todavia, mais do que determinar a pertença ou não ao sistema literário, este critério

> tem claramente uma função hierarquizadora, de atribuição duma posição mais ou menos central dum determinado repertório no cânone literário galego (isto é, o critério identitário é complementar e opera sobre o conjunto da produção do sistema como uma característica necessária para a seleção dos repertórios que devem ser valorados e reproduzidos) (SAMARTIM, 2009 p. 90-91).

Para determinadas correntes da crítica galega, este critério é um elemento decisivo, como o atesta, por exemplo, Francisco Rodríguez (1945):

> (...) é literatura galega a que está feita en galego e responde á consciência de Galiza como realidade cultural autónoma, diferenciada. O uso da lingua aparece, pois, como unha condición necesaria, malia [embora] poida non ser suficiente, para focalizar a realidade propria, desde dentro dela. (RODRÍGUEZ, 1996, p. 9).

Com efeito, a literatura galega, como a brasileira em seus momentos decisivos de formação, é geralmente uma *literatura empenhada*, com uma "función pública de primeira orde na configuración – histórica – da cultura e do país" (FIGUEROA, 2001, p. 68-69). Enquanto o sistema literário galego não estiver plenamente desenvolvido e consolidado, o campo literário será sempre invadido, em maior ou menor medida, por campos sociais mais amplos, como o da política e o da identidade cultural. O simples fato de um escritor galego poder optar por escrever em castelhano e assim ser catapultado de um sistema de pouco menos de três milhões de falantes para outro de 450 milhões mostra como a mera decisão de escrever em galego já é uma opção política (e mercadológica).

Entretanto, mais recentemente, não poucos estudiosos têm criticado a utilização deste critério "perspectivista", acusando-o de reducionismo, pois, segundo eles, "nega a capacidade de autolexitimación do discurso literario galego e, instrumentalizándoo, impide a súa definitiva autonomización e institucionalización" (VILAVEDRA, 1999. p. 19). Em troca, entendendo a literatura galega como um "sistema autônomo e autóctono",[1] propõem-se o que

[1] Id.

se denomina de *critério sistêmico*, o qual seria "moi axeitado para matizar o filolóxico" (VILAVEDRA, 1999. p. 19).

> En primeiro lugar, porque nos permite incluir nel todos aqueles productos literários de intención estética (é decir, non mimética) (...) que se emiten prioritariamente no espacio público galego e que se someten tamén prioritariamente ós mecanismos de distribución (editoriais), avaliación e institucionalización (premios, crítica, etc.) autóctonos. A isto habería que engadir [acrescentar] outro requisito: que os productores e consumidores compartan un mínimo consenso repertorial non tanto entendido este como suma de coñecimentos individuais (...) senón como conxunto de normas estético-literarias colectivamente assumidas (VILAVEDRA, 1999. p. 20-21).

Este critério, inspirado na teoria dos polissistemas, não deixa de ser tautológico, pois, para a inclusão de determinado produto no sistema literário galego, é necessário, além de uma "intenção estética" e do compartilhamento de um "consenso repertorial mínimo", que este produto já esteja incluído no referido sistema por meio da submissão aos "mecanismos de distribuição, avaliação e institucionalização". Ou seja, para ser considerado sistêmico, o produto tem que... pertencer ao sistema!

Além disso, segundo Roberto Samartim, haveria aqui também uma mistura de papéis:

> (...) julgamos que existe uma confusão entre a função própria da metodologia (ferramentas teóricas e procedimentais com as quais o agente investigador se aproxima do objeto de estudo e que possibilitam o conhecimento deste) e a função delimitadora ou hierarquizadora das normas que atuam num determinado sistema num dado momento e que são objeto do estudo do pessoal investigador. (...) Como resultado disso, esta representante da crítica dita sistêmica não aplica o "critério sistémico" apenas como método interpretativo, mas propõe que este funcione como norma sistêmica (SAMARTIM, 2009, p. 98).

Este critério sistêmico pressupõe, também, que o sistema literário galego já tenha atingido um grau significativo de autonomia – ou de *suficiência sistêmica*, para falar como Torres Feijó. No entanto, não obstante o fato de a literatura galega contemporânea usufruir de uma conjuntura institucional efetivamente mais favorável do que em outros momentos, há "grupos que não reconhecem como *suficiente* a autonomia alcançada em virtude de que (ainda) não foi completado o programa elaborado na anterior situação de (maior) dependência" (SAMARTIM, 2009, p. 102. O grifo é do autor).

Nesse caso, em vez do critério sistêmico, que se revela inócuo para os fins repertoriais pretendidos, seria mais apropriado falar, em vistas da (busca de) autonomia do sistema literário, de um *critério estético*, levando-se em conta que os valores estéticos, longe de uma presença imanente na obra, são definidos pelos agentes canonizadores da instituição, os quais se movem dentro do âmbito de uma permanente disputa do poder simbólico, muitas vezes em confluência com as disputas que se processam no campo do poder.

Assim, as normas ordenadoras das fronteiras e da hierarquia do sistema literário galego seriam o *critério filológico*, na verdade a única norma sistêmica, e os *critérios identitário* e *estético*, duas normas de repertório. Na verdade, estas normas repertoriais podem funcionar em alguns casos como normas sistêmicas, como nos momentos de formação ou de maior debilidade do sistema galego, e a sua importância é variável conforme os embates no campo do poder: em momentos de afirmação da identidade, é o critério identitário o mais valorizado; em momentos de distensão política, o critério estético recebe maior consideração da parte dos agentes canonizadores. Quanto a outras normas repertoriais – como a fidelidade à tradição, a nacionalidade galega do produtor ou o uso correto (ou mais puro) da língua,

incluindo aqui as disputas ortográficas –, cremos que se subordinam de certa forma às duas normas de repertório acima mencionadas. Nunca é demais frisar que o conjunto de normas repertoriais, primárias e secundárias, está sempre em constante alteração (e mesmo a norma sistêmica, como vimos, não é inflexível) e é mais o resultado das disputas entre os grupos do poder do que da imposição do grupo dominante

Galician literature and literary system

ABSTRACT: The present paper analyses the concepts of literary systems and national literature in the light of Itamar Even-Zohar's polysystem theory, inquiring about its applicability to the literature produced in Galicia and in Galician language. Located in the state of Spain, Galicia, together with the North of Portugal, is considered the parent cell of lusophony. The main object of this investigation is to discern how, in what way and with what rules the boundaries and hierarchy of its literature are defined, especially in relation to the Spanish literary system.

Keywords: Galician literature. Literary system. Polysystem theory.

Notas explicativas

* Professor Doutor do Departamento de Letras da Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL), de Curitiba- PR.

1 É de 1955 a primeira análise sistemática sobre o Formalismo Russo: *Russian formalism*, de Victor Erlich. Em francês a primeira coletânea de textos dos formalistas russos só apareceu em 1965, com Todorov, *Théorie de la littérature.* É verdade que o clássico *Theory of literature,* de Austin Warren e René Wellek, de 1949, já trazia informações sobre o formalismo russo.

2 "Entendo aqui por *sistema* a articulação dos elementos que constituem a atividade literária regular; *autores* formando um conjunto virtual, e veículos que permitem seu relacionamento, definindo uma *vida literária; públicos*, restritos ou amplos, capazes de ler ou de ouvir as obras, permitindo com isso que elas circulem e atuem; *tradição*, que é o reconhecimento de que obras e autores precedentes, funcionando como exemplo ou justificativa daquilo que se quer fazer, mesmo que seja para rejeitar." CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira.* 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1999 (1. ed. 1997), p. 15. Os grifos são do autor.

3 Primeira versão publicada sob o título de *Polysystem theory* em *Poetics today: internacional journal for theory and analysis of literature and communication*, Durham, vol. 11, n. 1, p. 27-44, abr./jun. 1990. Parte significativa das publicações deste autor encontra-se disponível na internet em: http://www.tau.ac.il/~itamarez/.

4 Em Israel podemos citar Gideon Toury e Zohar Shavit, entre outros colaboradores do *Porter Institute*. Na Galiza, Xoán González-Millan, Antón Figueroa, Elias J. Torres Feijó e Roberto López-Iglesias Samartim – estes dois últimos pertencentes ao Grupo Galabra, da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela. Ainda, na Espanha, podemos mencionar Montserrat Iglesias Santos, organizadora do livro *Teoría de los polisistemas*. Madri: Arco, 1999. No Brasil a recepção à teoria dos polissistemas é relativamente recente e ainda bastante incipiente, desenvolvendo-se mais nos estudos da tradução.

5 Não há, todavia, uma correspondência automática entre os fatores de Jakobson e as substituições de Even-Zohar, como a introdução de *instituição* no lugar de *contexto* o demonstra. O que atrai Even-Zohar no modelo de Jakobson é a sua visão de que a "linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções" (JAKOBSON, 2003, p. 123), ao contrário das concepções reducionistas que vigoraram durante longo tempo para as quais todo sistema de signos é uma estrutura pura ou pelo menos deveria ser estudada como tal.

6 A começar por GONZÁLEZ-MILLAN (1991, 1994), não raro associando-as às teorias do campo literário de Pierre Bourdieu (FIGUEROA, 2001).

7 Enclave é uma "secçom do sistema cultural situada num território geograficamente afastado da comunidade originária, configurando um espaço no qual as pessoas e as instituiçons presentes mantenhem relaçons específicas entre elas e com os seus homólogos da metrópole" (SAMARTIM, 2009). Quanto às citações em galego, respeitaremos aqui sua(s) ortografia(s) original(ais).

Referências:

CALERO, Ricardo Carvalho. *Historia da literatura galega contemporânea: 1808-1936*. Vigo: Galaxia, 1981 (1. ed. 1963).

_____. O português na Galiza. In: *Letras galegas*. Corunha: AGAL, 1984.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880.* 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2009.

_____. *Iniciação à literatura brasileira.* 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

EVEN-ZOHAR, Itamar. El "sistema literário". In:_____. *Polisistemas de cultura*. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, 2007-2011. Disponível em: http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/ trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf . Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. Teoría de los polisistemas. In:_____. *Polisistemas de cultura.* Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, 2007-2011. Disponível em: http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/ trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf. Acesso em: 10 jan. 2012.

FIGUEROA, Antón. *Nación, literatura, identidade:* comunicación literária e campos sociais en Galícia. Vigo: Xerais, 2001.

GONZÁLEZ-MILLAN, Xoán. Unha etnopoética para unha literatura periférica. In: CARRE-ÑO, Antonio (ed.), *Actas do Segundo Congresso de Estudios Galegos/Proceding of the Second Galician Congress: homenaxe a José Amor y Vásquez* (Brown University, nov. 1988). p. 339-347. Vigo: Galáxia, 1991.

JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: _____. *Lingüística e comunicação.* 19 ed. São Paulo: Cultrix, 2003. p. 118-162.

LIMA, Luiz Costa. A concepção de história literária na Formação. In:_____. *Pensando nos trópicos: dispersa demanda II.* Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 149-166.

SAMARTIM, Roberto López-Iglésias; RUA, G. Cordeiro. O pensamento cultural galego em referência a Portugal: posición e funçom de ideias e grupos no tardofranquismo e na transiciom. In: *O pensamento luso-galaico-brasileiro 1850-2000.* Actas do I Congresso Internacional. v. 3. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda; Porto: Universidade Católica Portuguesa/Centro Regional do Porto, 2009, p. 171-196. Disponível em: http://www.poesiagalega.org/uploads/media/samartim_cordeiro_2009 _portugal.pdf. Acesso em: 20. Fev. 2012.

_____. Critérios canonizadores num sistema literário deficitário (o caso galego para 1974-1978). *Veredas: revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Santiago de Compostela, n. 12. p. 81-106, 2009. Disponível em: <http://grupogalabra.com/images/stories/pdf/roberto/critrios%20 canonizdores_veredas_12.pdf> Acesso em: 20 jan. 2012.

SANTOS, Montserrat Iglesias (org.). *Teoría de los polisistemas*. Madri: Arco, 1999.

VILAVEDRA, Dolores. *Historia da literatura galega*. Compostela: Galaxia, 1999.